

**“Sequestro Acadêmico”: Alienação Cultural e Resistência Epistêmica de Intelectuais
Negros e Periféricos na Universidade Moderna Colonial**

**“Academic Kidnapping”: Cultural Alienation and Epistemic Resistance among Black and
Marginalized Intellectuals in the Colonial-Modern University**

Humberto Jacó de Souza Pereira

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Fortaleza/CE – Brasil

Sahmaroni Rodrigues de Olinda

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Fortaleza/CE – Brasil

Resumo

Este artigo analisa a persistência de estruturas colonialistas na universidade, focando no conceito de "sequestro acadêmico" como mecanismo de manutenção do poder epistêmico. Investiga-se como a inclusão de corpos racializados não desmonta, mas recicla a economia racial do conhecimento. Através de uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e procedimento analítico de conteúdo, o trabalho explora as experiências de intelectuais negros e periféricos no ambiente acadêmico. Discute-se a alienação cultural como projeto colonial atualizado e as estratégias de ressignificação identitária desenvolvidas pelos sujeitos. O estudo propõe a transformação da universidade em uma encruzilhada epistemológica, onde a desobediência epistêmica seja condição para uma ciência verdadeiramente plural.

Palavras-chave: Educação Superior; Colonialismo; Identidade Racial.

Abstract

This article examines the persistence of colonialist structures in Brazilian universities, focusing on the concept of "academic kidnapping" as a mechanism for maintaining epistemic power. It investigates how the inclusion of racialized bodies does not dismantle but recycles the racial economy of knowledge. Through a qualitative approach, using semi-structured interviews and content analysis, the work explores the experiences of Black and peripheral intellectuals in the academic environment. The study discusses cultural alienation as an updated colonial project and the strategies of identity resignification developed by the subjects. It proposes the transformation of the university into an epistemological crossroads, where epistemic disobedience becomes a condition for truly plural science.

Keywords: Higher Education; Colonialism; Racial Identity.

Introdução

A persistência de estruturas colonialistas na universidade, mesmo após décadas de políticas de acesso, revela um paradoxo perverso: a inclusão de corpos racializados não desmonta a economia racial do conhecimento, mas a recicla sob novas formas de controle epistêmico. O "sequestro acadêmico", termo que usaremos neste estudo, é analisado não como resquício anacrônico, mas um mecanismo ativo de manutenção de poder, que transforma diferenças culturais em hierarquias científicas. Ao exigir a tradução de saberes periféricos para códigos eurocêntricos, a academia pratica uma violência ontológica: desenraiza vivências comunitárias de seus contextos relacionais, esvaziando-as de potência política para convertê-las em "dados" assimiláveis pelo cânone ocidental. Essa dinâmica, longe de ser um equívoco metodológico, atualiza o projeto colonial descrito por Fanon (2008), onde a alienação cultural precede e sustenta a exploração material.

A criminalização de linguagens periféricas e a estratificação racial do financiamento não são falhas do sistema, mas funcionalidades de um modelo que confunde universalidade com epistemicídio. A semente da questão reside na contradição entre a retórica da diversidade e a prática da homogeneização, onde a presença de corpos racializados serve como álibi para a manutenção de critérios de validação que naturalizam a supremacia epistêmica branca. A pergunta central do estudo, ao investigar estratégias de resistência, tenciona justamente esse jogo de espelhos: como romper com a lógica que reduz insurgências a curiosidades etnográficas e saberes ancestrais a "casos de estudo"? A resposta, sugere-se, está na capacidade de transformar a universidade de templo do universalismo em encruzilhada de epistemologias, onde a desobediência epistêmica (Mignolo, 2011) não seja exceção, mas condição para uma ciência verdadeiramente plural.

Portanto, o objetivo geral proposto tensiona o cerne da contradição colonial na academia: ao analisar a alienação cultural como processo estrutural, revela como a ressignificação identitária de intelectuais negros e periféricos não se reduz a uma jornada individual, mas configura um ato político de descolonização do saber. A escolha de focar nos mecanismos de manutenção do epistemicídio – em diálogo com Fanon (2008) e sua análise sobre a despersonalização colonial – expõe a falácia da "neutralidade científica", mostrando como a exigência de tradução de saberes periféricos para códigos eurocêntricos opera como ritual de purificação epistemológica. Os objetivos específicos, por sua vez, deslocam o eixo da

crítica: ao mapear "quilombos acadêmicos", reconhecem que a resistência não está apenas na denúncia, mas na invenção de gramáticas alternativas de produção de conhecimento, onde metodologias engajadas desafiam a cisão entre teoria e prática. A proposta de transformação estrutural, ancorada na encruzilhada epistemológica (Cruz, 2022), sugere um caminho radical: em vez de buscar inclusão nos moldes hegemônicos, trata-se de desestabilizar os critérios de validade que naturalizam hierarquias raciais do saber. Contudo, permanece uma questão crítica: como evitar que conceitos como "desobediência epistêmica" (Mignolo, 2011) sejam cooptados por uma retórica multicultural que esvazia seu potencial revolucionário? Este arcabouço teórico, portanto, não se limita a diagnosticar violências, mas aponta para a urgência de tornar a academia um campo de experimentação decolonial, onde epistemologias marginalizadas não sejam "incorporadas", mas reconfiguram radicalmente as regras do jogo científico.

A justificativa desse estudo expõe com crueza a dialética perversa entre inclusão estatística e exclusão epistêmica na academia brasileira. A universidade demonstra seu papel como aparelho de filtragem colonial, onde a "livre escolha" tem cor, classe e geografia epistemológica. Portanto, a articulação entre Asili (Marimba Ani, 1994) e epistemologias do sul (Santos, 2019) não é apenas uma sobreposição teórica, mas um gesto metodológico radical.

A contradição entre inclusão performática e exclusão substantiva – explicitada nesse estudo – exige mais que políticas afirmativas: demanda uma reinvenção dos critérios de validade científica, que hoje operam como tribunais raciais disfarçados de meritocracia. Ao posicionar a universidade como "campo de batalha epistêmico", esse artigo não se limita a denunciar, mas arma conceitualmente as lutas por descolonização, transformando a crítica teórica em protocolos concretos de ação. Resta indagar: como garantir que essa batalha não seja capturada pela retórica da diversidade neoliberal, que troca transformação estrutural por representatividade superficial?

Tecendo a teia epistêmica na Luta contra o sequestro acadêmico

A universidade, enquanto espaço de produção de conhecimento, carrega em sua essência histórica o peso da colonialidade. Desde suas origens na Europa moderna, ela foi concebida como um instrumento de consolidação do saber eurocêntrico, erigindo epistemologias que não apenas legitimam hierarquias culturais e sociais, mas também silenciam vozes dissidentes e subalternizadas. Nesse contexto, a abordagem decolonial

Sequestro Acadêmico": Alienação Cultural e Resistência Epistêmica de Intelectuais Negros e Periféricos na Universidade Moderna Colonial

emerge como uma resposta crítica, desafiando as estruturas que perpetuam a exclusão e propondo uma ruptura com a lógica hegemônica que define o que é considerado conhecimento válido.

Frantz Fanon, em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), nos proporciona a reflexão sobre os efeitos profundos da alienação cultural e identitária. Para ele, o colonialismo não apenas explora, mas também molda subjetividades ao impor valores e normas que negam as raízes culturais dos colonizados. Esse processo de alienação transcende o indivíduo; ele é estrutural e serve como base para a manutenção das hierarquias raciais e econômicas. No ambiente universitário, essa alienação se manifesta de forma particularmente cruel: estudantes negros são frequentemente confrontados com um "sequestro acadêmico", no qual suas referências culturais são deslegitimadas em favor de um modelo de ciência eurocêntrico que ignora suas histórias e cosmo percepções. Como destaca Resende (2024):

Fanon apresenta a alienação como uma etapa prévia à escravidão e ao colonialismo necessária para a manutenção da exploração econômica e analisa os comportamentos identitários de 'vergonha de si' como resultado da dominação colonial. Fanon descreve com precisão o impacto do racismo e do colonialismo e seus efeitos destrutivos, mostrando como os mecanismos de alienação determinam as relações entre negros e brancos e reproduzem as hierarquias que regem essas relações. Para ele, os comportamentos dos negros e colonizados são o resultado de uma relação colonial desigual e violenta (Resende, 2024, p. 6).

Embora políticas afirmativas tenham ampliado o acesso de estudantes negros às universidades, essas instituições permanecem ancoradas em referenciais eurocêntricos que dificultam a permanência e a afirmação identitária desses sujeitos. A universidade, nesse sentido, não é apenas um espaço de exclusão epistemológica; ela é também um campo de batalha simbólico onde esses estudantes precisam resistir à invisibilização de suas identidades enquanto tentam ressignificar sua presença em um ambiente historicamente homogêneo.

Marimba Ani aprofunda essa crítica ao introduzir o conceito de *asili*, que descreve o núcleo cultural europeu como uma força estruturante das instituições acadêmicas. Para a autora, a universidade funciona como um instrumento de imposição cultural que reforça a subordinação epistemológica dos saberes não europeus, sendo o impulso imperialista-expansionista inerente e 'natural' à cultura europeia, pois é logicamente gerado pela própria

asili cultural” (ANI, 1994, p. 401).

Nesse cenário, pensar em alternativas exige mais do que reformas superficiais; é necessário imaginar uma transformação estrutural que valorize as múltiplas formas de saber e existir. A noção de "encruzilhada epistemológica", apresentada por Santana Junior (2021), oferece uma metáfora potente para esse processo. A encruzilhada é descrita como um espaço dinâmico onde diferentes sistemas de conhecimento podem coexistir sem hierarquias, permitindo um diálogo plural que desafia a hegemonia epistêmica ocidental. Nesse espaço, epistemologias africanas — como aquelas originadas nos terreiros de Candomblé — podem ser reconhecidas em sua complexidade, oferecendo visões-de-mundo centradas na coletividade, na ancestralidade e na relação simbiótica com a natureza.

Descolonizar a universidade significa ir além da inclusão superficial de saberes periféricos nos currículos; trata-se de reconhecer esses saberes como autônomos e legítimos em seus próprios termos. Como argumenta Munanga (2012), essa transformação exige resgatar histórias positivas da população negra para desconstruir memórias negativas e reconstruir identidades que afirmam plenamente sua humanidade. É um convite à criação de novas possibilidades para existir e resistir dentro das estruturas institucionais.

Ao final, a luta pela descolonização acadêmica não é apenas uma questão curricular; ela é profundamente filosófica e política. Trata-se de reimaginar o papel da universidade como um espaço verdadeiramente inclusivo, onde múltiplas epistemologias possam coexistir em diálogo constante. É nesse movimento que reside a possibilidade de construir uma academia mais justa — não apenas para os sujeitos historicamente excluídos, mas para todos aqueles que buscam no conhecimento uma forma de emancipação coletiva.

Caminhos Metodológicos

Esse estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva de Denzin e Lincoln (2018), que defendem a capacidade deste método de capturar complexidades subjetivas e contextos socioculturais frequentemente invisibilizados por análises quantitativas. Essa escolha se mostra particularmente adequada para explorar as subjetividades e as experiências vividas por intelectuais negros e periféricos no ambiente acadêmico, seguindo a premissa de hooks (2013) sobre a necessidade de metodologias que "escutem as margens" para desvelar estruturas de poder. Ao utilizar técnicas como entrevistas narrativas e análise discursiva crítica – alinhadas ao conceito de *ecologia dos saberes* de Santos (2010) –, o estudo prioriza a compreensão em profundidade dos

Sequestro Acadêmico": Alienação Cultural e Resistência Epistêmica de Intelectuais Negros e Periféricos na Universidade Moderna Colonial

significados atribuídos pelos participantes aos fenômenos investigados, especialmente o distanciamento cultural promovido pelas dinâmicas institucionais. Como ressalta Freire (1996), tal abordagem não é neutra: configura-se como ferramenta política para confrontar a falsa objetividade que naturalizam hierarquias epistêmicas, permitindo mapear tanto violências estruturais quanto estratégias de resistência.

As experiências foram co-construídas em encontros dialógicos com entrevistas semiestruturadas, técnica que, segundo Kvale e Brinkmann (2009), permite um equilíbrio entre foco temático e emergência de significados não previstos, essencial para esse estudo que busca refletir opressões estruturais. Ao combinar perguntas previamente elaboradas com flexibilidade dialógica, conforme proposto por Fontanella et al. (2011) em sua defesa da adaptabilidade metodológica, a abordagem cria um espaço de escuta ativa e reflexiva, como defendem Minayo (2014) e Freire (1996) em estudos sobre pesquisa engajada. Essa escolha metodológica, ao permitir que participantes compartilhassem percepções e vivências de maneira livre e contextualizada, alinha-se ao princípio decolonial de horizontalidade na produção do conhecimento (Santos, 2018), rompendo com a dinâmica extrativista que frequentemente marca estudos de grupos marginalizados.

Como destaca Grosfoguel (2016), em contextos de violência epistêmica, a estrutura semidirigida das entrevistas atua como antídoto metodológico, evitando a reprodução da lógica colonial de interrogatório e abrindo espaço para organizações alternativas da experiência. A opção por essa técnica, portanto, não é meramente instrumental, mas ato político-epistemológico que reconhece os entrevistados como coautores na desconstrução das hierarquias acadêmicas que os oprimem. Portanto, essa abordagem possibilitou um espaço de escuta ativa e reflexiva, permitindo que os participantes compartilhassem suas percepções e vivências de maneira mais livre e contextualizada. As entrevistas foram realizadas com dois intelectuais negros que possuem trajetórias acadêmicas e atuam em projetos sociais voltados às comunidades periféricas. A seleção desses participantes foi intencional, baseada em critérios como: (i) identificação racial como negros; (ii) origem em comunidades periféricas; (iii) experiência acadêmica em instituições de ensino público; e (iv) envolvimento ativo em iniciativas comunitárias ou sociais.

As narrativas produzidas nas entrevistas foram compreendidas a partir do movimento analítico de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Esse caminho metodológico

possibilitou a sistematização das vozes, identificando padrões, temas recorrentes e contradições presentes nos relatos das/dos participantes. O processo interpretativo envolveu três movimentos principais: (i) pré-análise, com a leitura flutuante das transcrições; (ii) exploração do material, em que as narrativas foram organizadas em categorias temáticas; e (iii) interpretação dos sentidos à luz do referencial teórico adotado, especialmente as contribuições de Frantz Fanon (2008) e Marimba Ani (1994), sobre alienação cultural e colonialidade do saber.

A postura reflexiva adotada neste estudo não se restringe a um protocolo metodológico, mas emerge como projeto epistemológico radical que confronta as bases coloniais da produção acadêmica. Ao se alinhar ao conceito de vigilância epistemológica (Bourdieu, 2001), a pesquisa reconhece que toda prática científica é atravessada por estruturas de poder que se naturalizam na forma de "habitus acadêmico" – padrões de pensamento e ação internalizados através de trajetórias educacionais marcadas por hierarquias raciais e geopolíticas. A articulação com as Os saberes situados (Haraway, 1988) amplia essa crítica ao desmontar o mito da objetividade como "visão de lugar nenhum", revelando como a pretensão de neutralidade tem cor, gênero e endereço epistêmico. Nesse sentido, a subjetividade do pesquisador não é um obstáculo a ser superado, mas terreno de investigação crítica – espaço onde se revelam as fissuras entre o discurso acadêmico hegemônico (eurocêntrico, masculino, elitista) e as epistemologias insurgentes que o desafiam.

Essa autorreflexão contínua, ao se articular com o conceito de desobediência epistêmica decolonial (Mignolo, 2011), transforma a pesquisa em ato político de descolonização metodológica. Recusar a neutralidade não significa abandonar o rigor, mas redefini-lo como transparência radical sobre as relações de poder que permeiam a produção do conhecimento.

Essa postura exige, conforme propõe Tuhiwai Smith (2012), uma virada ético-estética na pesquisa: reconhecer que o "dado" não está "lá fora", mas é co-construído na relação assimétrica entre pesquisador e participante. Ao adotar a escuta dialógica de Freire (1996) – onde o diálogo se torna ato de libertação mútua –, busquei transformar o processo de escuta e diálogo em espaço de tradução insurgente, permitindo que os saberes periféricos não fossem meramente "incluídos" na análise, mas reconfigurassem os próprios parâmetros interpretativos. Um exemplo concreto ocorreu quando participantes rejeitaram o termo

Sequestro Acadêmico": Alienação Cultural e Resistência Epistêmica de Intelectuais Negros e Periféricos na Universidade Moderna Colonial

"vítima do racismo" – preferindo "sobreviventes epistêmicos" –, forçando uma revisão crítica das categorias teóricas iniciais e demonstrando como a reflexividade deve ser processo coletivo, não solipsista.

Assim, a postura reflexiva aqui defendida não se resume e se contenta em "minimizar vieses", mas os torna centrais para a crítica institucional. Como demonstram os estudos de Fanon (2008) sobre alienação colonial, a violência epistêmica não reside apenas no conteúdo excluído, mas nos critérios que definem o excludível. Ao documentar como minhas próprias limitações interpretativas reproduziam – mesmo que inconscientemente – esses critérios, a pesquisa expõe a urgência de deslocar o eixo da reflexividade: de técnica de controle individual para prática coletiva de descolonização metodológica, onde a academia seja desafiada a ouvir as epistemologias que sistematicamente silencia. Nesse sentido, a legitimidade científica radical almejada só pode emergir do reconhecimento humilde de que toda produção de conhecimento é, simultaneamente, ato de poder e possibilidade de insurgência.

Alienação Cultural como Projeto Colonial Atualizado

A alienação cultural como projeto colonial atualizado constitui um complexo mecanismo de manutenção de hegemonias cognitivas que se reconfiguram nas estruturas acadêmicas contemporâneas. Partindo da denúncia do Participante 1: "Traduzir minha vivência periférica para a linguagem deles é condição de existência acadêmica", sobre a necessidade de tradução de vivências periféricas para códigos eurocêntricos como condição de existência acadêmica, revela-se um paradigma de violência epistêmica que opera através de sofisticados processos de apagamento e resignificação colonial. Esta dinâmica não se restringe a mera apropriação cultural, vai além disso, instaura um regime de verificação onde a validade do conhecimento está intrinsecamente vinculada a sua capacidade de ser metabolizado pelo cânone ocidental.

No cerne desse processo voltamos para o conceito de *Asili* proposto por Marimba Ani (1994), entendido como núcleo gerador de práticas culturais colonizadoras. Na academia contemporânea, esse princípio manifesta-se através do que se poderia denominar "sistema de validação transcultural": um aparato institucional que exige a desmontagem de epistemologias originárias para sua reconstituição em moldes compatíveis com a racionalidade colonial. Tal mecanismo não se limita à substituição linguística, mas opera uma

verdadeira “cirurgia epistemológica” onde saberes comunitários são desprovidos de seus contextos relacionais e reduzidos a “casos de estudo” desenraizados. A fala do participante sobre a necessidade de tradução revela a face perversa desse processo: a conversão de experiências vividas em dados acadêmicos esvazia sua potência transformadora, transformando insurgência em curiosidade etnográfica.

A experiência do Participante 1 no campus universitário, analisada sob a perspectiva fanoniana, revela a dimensão corpórea do projeto colonial ainda presente. A suspeição sobre corpos negros em espaços intelectuais constitui uma “biopolítica do conhecimento”, regime que associa determinadas corporalidades a capacidades cognitivas pré-estabelecidas. Quando até mesmo a simples escolha vestimentar se torna marcador de legitimidade intelectual, evidencia-se a permanência do que Sylvia Wynter (2003) chama de “arquitetura do humano”, sistema classificatório que reserva plena humanidade e autoridade epistêmica aos sujeitos racializados como brancos. Tal dinâmica cria o que Frantz Fanon (2008) definiu como zona de não-ser: espaço liminar onde a presença física é tolerada apenas mediante a negação das matrizes culturais originárias. Essa atualização colonial na universidade opera paradoxalmente por meio de uma inclusão aparente, ao incorporar performativamente a diversidade cultural como prova ilusória de democratização do saber, ao mesmo tempo em que promove uma exclusão substantiva, mantendo critérios eurocêntricos como únicos parâmetros válidos para o conhecimento científico. Resistir a esse projeto colonial exige o que Walter Mignolo (2011) denomina desobediência epistêmica, manifestada nos relatos pela subversão dos protocolos acadêmicos – recusando-se a aderir aos rituais de legitimação que exigem desenraizamento cultural – e pela reinvenção de metodologias engajadas, construindo práticas pedagógicas que ressignificam os espaços universitários como territórios de luta anticolonial. Essas estratégias ecoam o conceito de ubuntu epistemológico proposto por Ramose (1999), reconectando o conhecimento às suas dimensões éticas e comunitárias. A insurgência acadêmica descrita não se limita à crítica teórica, mas demanda uma reconfiguração radical das relações entre saber e poder na produção do conhecimento. A persistência dessas dinâmicas coloniais na academia contemporânea revela a falácia do projeto multiculturalista neoliberal, que celebra a diversidade superficial enquanto mantém intactas as estruturas de poder epistêmico. Como demonstram os relatos analisados, a verdadeira descolonização exige não apenas a inclusão de novos conteúdos, mas a transformação dos próprios critérios de validade científica e dos modos de produção e

Sequestro Acadêmico": Alienação Cultural e Resistência Epistêmica de Intelectuais Negros e Periféricos na Universidade Moderna Colonial

circulação do saber. Neste contexto, a universidade se revela simultaneamente como campo de batalha e laboratório para a construção de epistemologias verdadeiramente pluriversais - desafio que exige confrontar não apenas heranças coloniais explícitas, mas as formas sutis pelas quais o projeto civilizatório ocidental se reinventa como universalidade acrítica.

A denúncia sobre a falta de bolsas para pesquisadores negros. segundo a fala do Participante 1, – "60% da graduação não podia voltar à noite" – expõe a *economia racial do conhecimento* como tecnologia de segregação intelectual. Como analisa Mbembe (2018) na necropolítica, o controle sobre a produção acadêmica opera através da gestão diferencial da precariedade: enquanto estudantes brancos têm mais chances de obter bolsas de iniciação científica (dados do INEP, 2023), estudantes negros enfrentam taxas de evasão noturna de 41% devido à necessidade de trabalhos informais. Essa estratificação material configura o que Grada Kilomba (2019) denomina "pedagogia da exaustão", onde o esforço para sobreviver economicamente esgota a capacidade de produção intelectual não alinhada aos cânones hegemônicos.

Como demonstram os estudos de Carla Akotirene (2019) sobre interseccionalidade, essa engrenagem mantém a universidade como dispositivo de reprodução colonial, onde a inclusão performática de corpos negros mascara a exclusão substantiva de seus saberes. A transformação desse cenário exige, como propõe Ângela Figueiredo (2020), a implementação de cotas epistêmicas que garantam financiamento específico para pesquisas baseadas em epistemologias afro diaspóricas e indígenas, rompendo com a economia racial do conhecimento.

Estratégias de Ressignificação Identitária no Campo Acadêmico

Quando analisamos a contribuição da Participante 2 – "entrego o mínimo necessário à academia para manter minhas raízes" – explicita um movimento duplo de sobrevivência intelectual negra e periférica, que oscila entre cooptação tática e preservação cultural. Esse movimento, analisado por Lélia Gonzalez (1988) como *duplo vínculo*, revela a esquizofrenia epistêmica imposta a pesquisadores marginalizados: para acessar recursos institucionais, precisam adotar performatividades dissociativas, ou seja, que separam o sujeito da realidade e que fragmentam identidades. Esse processo não é apenas uma adaptação às normas acadêmicas, mas também uma forma de resistência silenciosa, onde os pesquisadores negociam constantemente entre a conformidade exigida pelo sistema e a fidelidade às suas

“cosmopercepções”. A prática de modificar abordagens ou linguagens para atender às expectativas institucionais, enquanto preservam versões mais autênticas para circulação comunitária, reflete o esforço contínuo de manter vivas suas epistemologias em um ambiente que frequentemente as deslegitima.

A fala do Participante 1 – ‘usar o conhecimento para fortalecer nossas histórias na comunidade’ – converge com a epistemologia da quilombagem, que ressignifica ferramentas acadêmicas como instrumentos de insurgência memorial, em diálogo com metodologias de cartografia e saberes locais que integram registros orais e práticas comunitárias à pesquisa. Essa abordagem reencontra as ‘encruzilhadas epistemológicas’ de Santana Junior (2021), nas quais o cruzamento de saberes supera dualismos e produz sínteses que reordenam hierarquias. No âmbito institucional, a UNILAB mantém licenciatura em Educação Escolar Quilombola com ênfase em relações dialógicas com comunidades quilombolas, cenário no qual estratégias de validação comunitária podem ser articuladas em projetos e pesquisas, ainda que não constem como exigência formal institucionalizada antes das defesas.

Com base no que foi refletido e apontando até esse momento, é palpável a existências de tensões estruturais vivenciadas por intelectuais periféricos no espaço acadêmico. A exigência de “neutralidade científica”, por exemplo, reflete a tentativa de despolitizar a produção do conhecimento, deslegitimando saberes engajados em movimentos sociais. Essa dinâmica reforça a colonialidade epistêmica ao posicionar o conhecimento periférico como “não científico” ou “parcial”. Contudo, como demonstrado na fala do Participante 1, a produção acadêmica engajada evidencia uma ruptura com essa imposição. Projetos que articulam pesquisa e ativismo, como os desenvolvidos em quilombos e favelas, subvertem a neutralidade ao transformar o conhecimento em ferramenta de luta política e fortalecimento comunitário.

A desqualificação de metodologias participativas representa outro eixo central da pressão assimilacionista. A colonialidade do saber transforma práticas colaborativas – como rodas de conversa ou registros orais – em objetos de desconfiança acadêmica, privilegiando métodos eurocêntricos. No entanto, a criação de *quilombos acadêmicos* como espaços contra-hegemônicos desafia essa lógica ao construir territórios epistêmicos onde saberes populares e científicos coexistem em condições de igualdade. Como apontado anteriormente, a teoria das encruzilhadas epistemológicas (Santana Junior, 2021) encontra nesses espaços sua materialização prática, promovendo sínteses dialéticas entre o saber

Sequestro Acadêmico": Alienação Cultural e Resistência Epistêmica de Intelectuais Negros e Periféricos na Universidade Moderna Colonial

acadêmico e o saber popular. Exemplos como o Programa de Educação Quilombola da UNILAB demonstram que esses espaços não apenas resistem à hegemonia, mas também criam alternativas viáveis para a validação do conhecimento periférico.

Por fim, a criminalização de linguagens periféricas, expressa na tentativa de "matar a linguagem na base", revela o caráter profundamente colonial da academia ao rejeitar expressões culturais que não se alinham aos padrões linguísticos hegemônicos. Essa prática reforça o epistemicídio ao deslegitimar modos alternativos de narrar experiências e construir conhecimento. No entanto, estratégias insurgentes – como o uso estratégico de códigos acadêmicos para furar bloqueios institucionais – têm demonstrado eficácia na subversão dessa lógica. Como exemplificado por pela Participante 2 – "entrego o mínimo necessário à academia para manter minhas raízes" –, intelectuais periféricos utilizam táticas de adaptação mínima para garantir sua presença enquanto preservam suas identidades culturais. Essa prática reflete uma pedagogia política que transforma a linguagem em ferramenta tanto de resistência quanto de sobrevivência.

Esses eixos revelam que o campo acadêmico é simultaneamente um espaço de opressão e resistência. A tensão entre assimilação e subversão não apenas evidencia os limites estruturais da universidade contemporânea, mas também aponta para o potencial revolucionário das estratégias insurgentes que emergem no interior dessas contradições. A resignificação identitária e a criação de novos territórios epistêmicos indicam caminhos para uma academia verdadeiramente plural, onde as hierarquias coloniais possam ser desafiadas e superadas.

A Encruzilhada como Campo de Batalha de Pensamentos

A fala da Participante 2 – “a universidade foi construída para isso [excluir]” – desmistifica a ideia de que a academia é um espaço neutro ou universal, revelando sua função histórica como aparelho de reprodução colonial. Essa crítica evidencia que a descolonização não pode se reduzir a reformas pontuais ou inclusão simbólica, mas exige o desmantelamento das estruturas que sustentam a colonialidade incrustada nos pilares institucionais. A “métrica acadêmica que desincentiva saberes ancestrais”, mencionada pela Participante 2, ilustra como o sistema acadêmico privilegia epistemologias eurocêntricas e desqualifica saberes comunitários como “não científicos”, reforçando hierarquias coloniais e impedindo que epistemologias alternativas sejam reconhecidas como legítimas. Dessa

forma, percebe-se que a universidade continua reproduzindo padrões de exclusão, exigindo uma reflexão profunda sobre a construção de espaços acadêmicos verdadeiramente plurais e inclusivos.

A contradição vivida pelo Participante 1 – "minhas lutas sociais ainda estão conectadas [à comunidade]" versus "a universidade cria mecanismos cotidianos de afastamento" – revela o paradoxo do intelectual periférico dentro da academia. Esse dilema reflete o conceito de *intelectual orgânico* (Gramsci, 1999), mas em um contexto onde as instituições que formam esses sujeitos são também espaços de morte epistêmica e material. A universidade, ao exigir dedicação integral e conformidade com seus códigos eurocêntricos, frequentemente afasta os pesquisadores de suas comunidades de origem, criando uma desconexão que contradiz os objetivos iniciais desses sujeitos.

Essa encruzilhada evidencia que a luta pela descolonização da academia não é apenas teórica, mas profundamente prática e política. A crítica à métrica acadêmica, à neutralidade institucional e à exclusão das bases comunitárias aponta para a necessidade urgente de reimaginar a universidade não como espaço de não-ser ou/e inclusivo, mas como campo de batalha onde formas de pensar não brancas, ou na métrica acadêmica "epistemologias" insurgentes possam florescer e desafiar as estruturas coloniais ainda vigentes.

Construindo uma Cartografia da Desobediência Epistêmica

Os depoimentos analisados revelam rotas de fuga ao projeto colonial-universitário, traçando caminhos que desafiam as estruturas hegemônicas brancas e constroem alternativas insurgentes de produção do saber. A prática mencionada pelo Participante 1 – "grupos de pesquisa como pequenos quilombos" – exemplifica as pedagogias dissidentes, que recriam modos africanos de produção coletiva do conhecimento. Essa abordagem ressignifica o espaço acadêmico ao transformá-lo em território de resistência, onde a horizontalidade e o compartilhamento de saberes comunitários rompem com a lógica hierárquica da colonialidade epistêmica.

A fala de Participante 1 – "nunca querer fazer a escolha completa [entre academia e comunidade]" – evidencia a potência das epistemologias do corpo, conceito desenvolvido por Patricia Hill Collins (2019) para descrever saberes encarnados que recusam dicotomias mente/corpo ou razão/emoção. Essa perspectiva desafia o paradigma cartesiano da modernidade colonial, que separa o sujeito cognoscente de suas experiências corporais e comunitárias. A recusa do Participante 1 em abandonar sua conexão com a comunidade

Sequestro Acadêmico": Alienação Cultural e Resistência Epistêmica de Intelectuais Negros e Periféricos na Universidade Moderna Colonial

reflete uma prática insurgente que integra vivências corporificadas à produção acadêmica, subvertendo a lógica da neutralidade científica. Essa postura demonstra que pesquisadores periféricos frequentemente buscam maneiras de incorporar elementos culturais e corporais em suas metodologias, mesmo diante de possíveis riscos de deslegitimação institucional.

A valorização das "histórias comunitárias como ato político", mencionada pela Participante 2, destaca os arquivos da resistência como ferramentas fundamentais para construir contra-narrativas ao epistemicídio. Ao registrar e compartilhar memórias coletivas, essas práticas não apenas preservam saberes ancestrais, mas também contestam as narrativas dominantes que invisibilizam populações marginalizadas. Esse movimento dialoga com a noção de *escrevivência* proposta por Conceição Evaristo (2023), que transforma a escrita em ato político ao narrar experiências históricas subalternizadas. Estudos recentes sobre literaturas indígenas na educação básica (Graúna, 2013; Krenak, 2020) reforçam essa ideia ao demonstrar como narrativas locais podem reconfigurar currículos escolares e promover justiça epistêmica.

Essas práticas insurgentes e subversivas, configuram uma verdadeira cartografia da desobediência epistêmica, onde cada rota traçada representa um ato de ruptura com as estruturas coloniais ainda presentes na universidade. Pedagogias dissidentes, epistemologias do corpo, e arquivos da resistência não apenas desafiam as hierarquias acadêmicas, mas também apontam para a possibilidade de um novo paradigma educacional baseado na pluralidade epistêmica e na justiça cognitiva.

Vislumbrando As Raízes na Fenda do Muro

Nesse sentido, o objetivo de investigar os efeitos da inserção de intelectuais negros na academia expõe uma contradição fundante do projeto moderno-colonial: a promessa de democratização do saber convive com a persistência de estruturas que convertem diferença em hierarquia. A inclusão de corpos racializados opera como simulacro que mascara a perpetuação de um cânone epistêmico totalizante. A verdadeira semente da violência colonial não reside na exclusão física, mas na exigência de que vivências periféricas sejam despidas de sua historicidade e traduzidas para códigos hegemônicos – processo que transforma insurgência em curiosidade etnográfica e saberes comunitários em dados esvaziados de potência política.

Nesse jogo de espelhos, a academia atualiza a lógica do “sequestro acadêmico” onde

inclui para melhor controlar, tolera para melhor neutralizar. A exigência de neutralidade científica, pretensamente universal, revela-se máscara de um epistemicídio estrutural que classifica como "não científico" todo conhecimento que recusa a velha cisão cartesiana entre razão e corpo, entre sujeito e comunidade. A experiência do intelectual periférico torna-se assim um ato de esquizofrenia cognitiva: formado por instituições que lhe ensinam a desconfiar de suas próprias raízes, obrigado a negociar diariamente entre a autenticidade e a sobrevivência, entre a fidelidade comunitária e as regras não escritas da validação acadêmica.

A resistência que emerge nas frestas desse sistema aponta para o caráter paradoxal da colonialidade: ao mesmo tempo que produz exclusão, gera suas próprias formas de subversão, como uma faca de dois gumes. A criação de territórios epistêmicos insurgentes – onde metodologias híbridas fundem oralidade e escrita, grafite e artigo científico – desvela a mentira fundadora do universalismo acadêmico. Nestes espaços, o corpo deixa de ser objeto de estudo para tornar-se sujeito cognoscente, ou seja, capaz de assimilar conhecimento, de tomá-lo, de ser um portador de uma razão encarnada que recusa a separação entre pensar e existir. A linguagem, antes instrumento de dominação, transforma-se em arma de guerrilha semântica – palavras que curvam as grades do jargão acadêmico para reconectar o saber às urgências da vida.

O verdadeiro desafio é de integração, mas de transmutação. Não basta incluir novos conteúdos no currículo ou ampliar o acesso às bolsas de pesquisa; é necessário questionar a própria ideia de conhecimento que sustenta a universidade como instituição. Enquanto a excelência acadêmica for medida por métricas que naturalizam a separação entre teoria e prática, entre erudição e engajamento, seguiremos reproduzindo a farsa de uma diversidade que inclui corpos para melhor silenciar vozes. A descolonização radical exige romper com a ilusão de neutralidade e assumir a educação como ato político – não no sentido panfletário, mas como reconhecimento de que todo saber é posicionado, todo conhecimento é fruto de um lugar no mundo.

Neste horizonte, a universidade deixa de ser templo de verdades absolutas para tornar-se zona de conflito criativo, onde diferentes modos de existir e conhecer se confrontam sem hierarquias pré-estabelecidas. O intelectual periférico, longe de ser vítima passiva ou assimilado resignado, emerge como figura trágico-revolucionária: aquele que carrega em si a ferida colonial, mas transforma essa dor em combustível para imaginar outros

Sequestro Acadêmico": Alienação Cultural e Resistência Epistêmica de Intelectuais Negros e Periféricos na Universidade Moderna Colonial

futuros possíveis. Sua luta não é por reconhecimento, mas por transmutação – não quer ser incluído no mundo tal qual existe, mas participar da criação de um mundo onde inclusão e exclusão percam sentido como categorias.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANI, Marimba. **Yurugu**: an Afrikan-centered critique of European cultural thought and behavior. Baltimore: Africa World Press, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Science de la science et réflexivité**: cours du Collège de France 2000–2001. Paris: Raisons d’Agir, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as critical social theory**. Durham: Duke University Press, 2019.

CRUZ, Barbara Pimentel da Silva. Entre tempos: ensaio para uma antropologia depois da encruzilhada. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1–15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2022v27n3e46577>. Acesso em: 3 fev. 2025.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions (orgs.). **The SAGE handbook of qualitative research**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>. Acesso em: 27 dez. 2024.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos *et al.* Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 388–394, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000200020>. Acesso em: 5 fev. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, jan./jun. 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25–49, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-699220160001>. Acesso em: 2 dez. 2024.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, College Park, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KVALE, Steinar; BRINKMANN, Svend. **InterViews: learning the craft of qualitative research interviewing**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade**. Buenos Aires: Del Signo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Goiânia, v. 4, n. 8, p. 6–14, jun./out. 2012.

RAMOSE, Mogobe B. **African philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. Frantz Fanon e a alienação do negro e do branco no sistema colonial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Goiânia, v. 16, n. 21, p. 8–19, mar./jul. 2024.

SANTANA JÚNIOR, Humberto Manoel de. **“Acende a luz do candeeiro pra receber pessoa amiga”**: encontros e acertos na encruzilhada. 2021. 188 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/4383>. Acesso em: 5 jan. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias**

Sequestro Acadêmico": Alienação Cultural e Resistência Epistêmica de Intelectuais Negros e Periféricos na Universidade Moderna Colonial

do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31–83.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples**. 2. ed. London: Zed Books, 2012.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola**. São Francisco do Conde: UNILAB, 2024. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2024/06/Projeto-Pedagogico-do-Curso-de-Licenciatura-em-Educacao-Escolar-Quilombola.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: towards the human, after Man, its overrepresentation—an argument. **CR: The New Centennial Review**, East Lansing, v. 3, n. 3, p. 257–337, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/ncr.2004.0015>. Acesso em: 23 nov. 2024.

Notas

ⁱ O termo “sequestro acadêmico” é aqui proposto neste estudo para designar o processo pelo qual saberes periféricos ou experiências culturais são obrigatoriamente traduzidos para códigos eurocêntricos, perdendo parte de sua potência política e cultural. Ele busca evidenciar como a inclusão formal na academia pode funcionar como mecanismo de controle epistêmico, mantendo hierarquias de conhecimento históricas.

Sobre os autores

Humberto Jacó de Souza Pereira

Formado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará, pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Dialógica, Perspectiva Eco-Relacional e Educação Popular Freireana (GEAD). Atua em pesquisas voltadas à formação docente, educação popular, educação ambiental e práticas decoloniais, com ênfase em perspectivas dialógicas e eco-relacionais.

E-mail: humbertosouza@alu.ufc.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7243-9096>

Sahmaroni Rodrigues de Olinda

Doutor em educação pela Universidade Federal do Ceará/Sorbonne Cité Paris 13/Nord, Integrante do grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Formação Docente GEPED/UFC. Professor adjunto do Departamento de Teoria e Prática do Ensino (FACED-UFC).

E-mail: sahmaronirodrigues@ufc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4820-6134>

Recebido em: 26/03/2025

Aceito para publicação em: 15/09/2025